

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

DAÍSE DO SOCORRO SERRANO BRASIL

**A HISTÓRIA DO “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS
INDÍGENAS KAKÁ WERÁ JECUPÉ E DANIEL MUNDURUKU**

CRICIÚMA

2018

DAÍSE DO SOCORRO SERRANO BRASIL

**A HISTÓRIA DO “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS
INDÍGENAS KAKÁ WERÁ JECUPÉ E DANIEL MUNDURUKU**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no curso
de História da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. PhD. Carlos Renato Carola

CRICIÚMA

2018

DAÍSE DO SOCORRO SERRANO BRASIL

A HISTÓRIA DO “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS INDÍGENAS KAKÁ WERÁ JECUPÉ E DANIEL MUNDURUKU

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Renato Carola - (UNESC) - Orientador

Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos - (UNESC)

Profa. Dra. Marli de Oliveira Costa - (UNESC)

Dedico esse trabalho a minha família e a todos os meus professores, que direta ou indiretamente contribuíram na minha formação, dedico também a memória das comunidades indígenas dizimadas ao longo do período do colonialismo e a importante representação destes povos na construção da nossa nação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Sr. Deus, Sr. Jesus, Sr. Espírito Santo por me conceder uma nova oportunidade de realização.

Ao meu filho, meu grande amigo que me motiva e alicerçou-me a encarar algumas adversidades com a sobriedade que a sabedoria do amor pode conceber.

Ao meu orientador Prof. Carlos Renato Carola que foi de fundamental importância para efetivação desse trabalho.

A UNESCO Universidade do Extremo Sul Catarinense.

“Quem me dera ao menos uma vez
Fazer com que o mundo saiba que seu nome
Está em tudo e mesmo assim
Ninguém lhe diz ao menos obrigado
Quem me dera ao menos uma vez
Como a mais bela tribo
Dos mais belos índios
Não ser atacado por ser inocente”

ÍNDIOS - Legião Urbana

RESUMO

Na história da historiografia brasileira foram poucos os historiadores e antropólogos que se propuseram a ouvir e considerar, em termos de saber e conhecimento, a sabedoria oral e a palavra escrita dos representantes dos povos indígenas. Nas últimas décadas, estudantes indígenas de várias regiões do Brasil aportaram nos campus das universidades públicas brasileiras e começaram a “descobrir” os segredos das especialidades formativas da cultura dos não índios. Atualmente já circulam pelos meios educativos e espaços públicos dezenas de obras escritas por representantes de diversos grupos étnicos dos povos indígenas. Por isso, não se justifica mais ler e ouvir a História do Brasil escrita apenas pelas mãos dos não índios, mesmo daqueles que se propuseram a reconhecer e valorizar a história e a cultura dos povos originários. Assim, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC-História) problematiza o conceito de “descobrimento” do Brasil e explicita a visão de dois escritores indígenas sobre a chegada dos portugueses no mundo de Abya Yala (América). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e historiográfica. Na primeira fase da pesquisa foram selecionadas e analisadas obras de referência da antropologia histórica do Brasil – Darcy Ribeiro, Berta Ribeiro, Manuela Carneiro da Cunha e John Manuel Monteiro; e na segunda parte, obras dos escritores indígenas Kaká Werá Jecupé e Daniel Munduruku.

Palavras-chave: Índios. Descobrimento. Escravidão. Colonização. História.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 COORDENADAS TEÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS	11
2.1 ORIENTAÇÕES CONCEITUAIS.....	11
2.2 OS POVOS INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA	13
3 O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL NA VISÃO indígena.....	25
3.1 <i>KAKÁ WERÁ JECUPÉ, DANIEL MUNDURUKU E A TERRA DOS MIL POVOS</i>	25
4 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

O meu interesse pelos indígenas se remonta na minha própria história. Meu pai, o primeiro médico do antigo Território do Amapá agora Estado do Amapá, ao chegar no ano 1952 efetuou trabalhos em algumas das aldeias indígenas localizadas em municípios da região. Nasci e vivi com os meus pais até a idade de seis anos em Macapá, capital do antigo território agora Estado. Mesmo fora de lá tenho boas lembranças, recordo as muitas histórias que minha mãe contava do período que conviveram com os indígenas nas aldeias e de como foram bem tratados. O tempo passou e, já se faz hora de muitos aprenderem a também respeitar os povos indígenas do nosso país.

Sendo assim, o presente trabalho busca contextualizar e refletir sobre a História do “descobrimento” do Brasil, contada e escrita por indígenas, sua trajetória ao longo do tempo, a ligação com mudanças e permanências. Nesta perspectiva ampliar o conhecimento sobre as narrativas históricas desses povos. A pesquisa historiográfica seguiu algumas orientações da abordagem decolonial, se situando também no campo de estudos do pós-colonialismo, como explica Ballestrin:

Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade (BALLESTRIN, 2013, p.91).

O trabalho procura responder a seguinte questão: Qual a visão dos povos indígenas quanto ao “descobrimento” do Brasil? Chego a esta questão por inquietações quanto a esse significado. Reflexões que também advém ao problematizar o tema na perspectiva das obras dos autores indígenas, Kaká Werá Jecupé e Daniel Munduruku.

Historicamente o tema indígena vem sendo discutido em diferentes perspectivas. Para o antropólogo Darcy Ribeiro (1997, p. 156), reconhecido por trabalhos desenvolvidos nas áreas de educação, sociologia e antropologia, em seu livro *Confissões*, escreve: “Assumimos uma atitude de fidelidade aos povos que

estudamos, incorporando o problema indígena na temática de nossas pesquisas como uma das questões cientificamente mais relevantes”. Darcy Ribeiro (1997) critica a etnologia aparentemente científica, utilizada como álibi ao descaso dos problemas indígenas; e Oliveira (1978, p. 11-12), antropólogo indigenista, afirma em seu livro *Sociologia do Brasil Indígena*, que a história “nos” obriga a pensar o índio não mais em si, mas em relação a nós próprios: nossas obrigações civis, nossa responsabilidade moral.” Na década de 1970, Oliveira (1978) já dizia que estudos inter-étnicos questionavam a etnologia tradicional, objetivando o conhecimento da própria sociedade brasileira.

Entendendo como academicamente relevante, quero salientar as palavras da antropóloga e etnóloga brasileira Berta Ribeiro (1984, p. 17), em seu livro *O Índio na História do Brasil*: “É impossível resumir em poucas páginas o papel e o lugar do índio na História do Brasil. Deixou-se de falar da espoliação e dizimação de inúmeras tribos”. Assim, a cada época da história por mim estudada, a violência que atinge direta ou indiretamente os povos indígenas, infelizmente não é de uma história datada, é uma história de permanência e isso me assombra.

O “descobrimento” do Brasil, segundo a visão eurocentrista levou a um cenário de destruição e violência para com os povos indígenas, assim como foi em outras partes do mundo. Porém, o discurso do “descobrimento” foi muito além do aspecto físico, este foi apenas a porta de entrada de um processo contínuo de genocídio e etnocídio.

O genocídio contra as nações indígenas em recantos do nosso país vem perdurando por séculos até a atualidade. Atenta-se contra a integridade, a dignidade, a autonomia cultural e o autogoverno das populações indígenas. Por isso, este trabalho pretende contribuir com a formação de uma consciência crítica de respeito aos direitos e dignidade dos indígenas do Brasil. Por conseguinte a construção de uma sociedade melhor, frente a crise do processo civilizatório da sociedade contemporânea, entendendo que os povos indígenas têm muito a nos ensinar.

Este trabalho de conclusão de curso foi planejado e integrado em três partes constitutivas. Na primeira apresento as coordenadas teóricas que orientaram a perspectiva investigativa no qual, expresse os conceitos de “representação” da

História Cultural, a “decolonialidade” da filosofia libertadora latino-americana e o significado do termo *Abya Yala* do movimento indígena.

O objetivo geral da pesquisa foi “descobrir” a visão de dois escritores indígenas referente ao “descobrimento” do Brasil e as consequências advindas para esses povos. Em termos específicos, analisar a problemática gerada pela invisibilidade da voz dos povos indígenas, concernente ao “descobrimento” do Brasil na voz e escrita indígena.

Explorei a historiografia indígena na perspectiva da História crítica. As fontes foram levantadas, selecionadas e compiladas, sempre objetivando o embasamento para o desenvolvimento da temática, através de livros, artigos, teses que contenham as prováveis informações que ocorreram nos períodos estudados, e assim, poder contrastar prováveis acontecimentos e narrativas afim de compreender o universo histórico das respectivas épocas e situações.

A fonte historiográfica é ao mesmo tempo fonte de conhecimento e arquivo de memória, uma fonte histórica pode ser instrumento e ferramenta. Todo o contexto de informações que retratem ou relatem de várias formas o cotidiano dos períodos é relevante, a coleta de informações e contraposição das fontes é de primordial importância no aprofundamento teórico, para examinar o tema abordado e assim ter respaldo no posicionamento sobre o assunto em questão.

2 COORDENADAS TEÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS

Quando referencia-se à coordenadas teóricas expressa-se a Decolonialidade que segundo Ballestrin (2013) a decolonialidade busca romper com a universalidade da informação que o colonialismo trouxe ao mundo. Ao ponderar a colonialidade presente na modernidade, os Decoloniais exibem as marcas deixadas pelo colonialismo na sociedade contemporânea, de forma a desenvolver a pluralidade dos conhecimentos.

Já a historiografia segundo Elio (2002) é a arte de escrever história e a descrição dos acontecimentos, além disso, é o estudo crítico e histórico a respeito dos historiadores.

2.1 ORIENTAÇÕES CONCEITUAIS

Novas observações sobre o passado puderam ser pensadas a partir das lutas de libertação e independência ocorridos na África e Ásia na metade do século XIX. Portanto, se somos todos sujeitos da história, repensar a história indígena, concernente ao “Descobrimento” do Brasil sob a análise do referencial teórico da decolonialidade, de primazia é, que o conhecimento deve solicitar o respeito às diferenças entre pessoas, grupos e povos, quando as consideramos peça importante na construção da cidadania, e nessa busca, incorporar saberes na construção do conhecimento, compondo assim a historiografia.

A perspectiva decolonial vem sendo desenvolvida pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), a partir da década de 1990. Um dos primeiros encontros do Grupo ocorreu na Universidad Central de Venezuela, em 1998; e contou com a participação de Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Anibal Quijano e Fernando Coronil (BALLESTRIN, 2013, p.97).

O grupo em questão possui forte relevância na América Latina de pensamentos críticos. O mesmo possui várias gerações de intelectuais.

O M/C¹ atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões

¹ M/C – Modernidade/Colonialidade.

para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (BALLESTRIN, 2013, p.89).

Enquanto período histórico a colonização europeia acabou, mas a modernidade/colonialidade continua firme no âmbito da globalização contemporânea. Por isso, faz-se necessário a continuidade de um campo de estudos para “des-cobrir” há atração da colonialidade que se perpetua pela cultura e pelo conhecimento. Como ressalta Ballestrin (2013, p. 104), “a diferença colonial epistêmica é cúmplice do universalismo, sexismo e racismo.”

A busca pela história dos povos indígenas gera motivação para compreender o significado de representação e realidade. Segundo Certeau (2011, p. 49), “qualquer narrativa que relate ‘o-que-se-passa’ (ou que se passou) institui algo de real, na medida em que se considera como a representação de uma realidade (do passado).” Porém, “o ‘real’ representado não corresponde ao real que determina sua produção” (CERTEAU, 2011, p.49).

Como também “a historiografia erudita não escapa às condicionantes das estruturas socioeconômicas que determinam as representações de uma sociedade” (CERTEAU, 2011, p.49). Ou seja, “deixou de ser – salvo marginalmente – uma obra individual; trata-se de um empreendimento coletivo” (CERTEAU, 2011, p.50).

De acordo com a perspectiva historiográfica coletiva, trago Dosse, que abre uma discussão sobre o conceito de verdade, tendo em vista os estudos de Certeau.

Dessa travessia da experiência interior resulta um deslocamento da cisão entre o verdadeiro e o falso. Da mesma maneira que a verdade em Ricoeur é sempre tencionada, a ciência experimental que advoga Certeau, depois de Surin, apoia-se em uma indeterminação pressuposta da divisão entre verdadeiro e falso (DOSSE, 2004, p. 227).

Partindo da visão do autor supramencionado, nos sugere vertentes historiográficas que se proponham a questionar à história, ou a possibilidade de estabelecer a descoberta do passado com a perspectiva de várias possibilidades e a operação historiográfica com outras construções do falso e verdadeiro, ou o que interliga ambos.

Partindo dessa premissa e levando em conta os questionamentos propostos, me utilizo das citações, assim explicando direciona-las à história dos indígenas, saturada de invisibilidade, decorrente de uma história que, em alguns casos, insiste em não fazer perguntas ao passado, ou a indeterminação pressuposta na análise das fontes.

Outra categoria que orienta o olhar da pesquisa é Abya Yala, termo empregado pelo Movimento Indígena das Américas há pelo menos 20 anos, o termo vem sendo empregado para se referir ao território dos povos originários, em contraposição ao termo América, denominação inventada pelos invasores europeus. Abya Yala, segundo a língua do Povo Kuna (Panamá e Colômbia), significa terra madura ou terra em sua plena maturidade. O conceito vem sendo usado pelos povos indígenas da América Central e Andina com o objetivo de “construir um sentimento de unidade e pertencimento” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 26).

2.2 OS POVOS INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA

A República Federativa do Brasil é um dos países de influência cultural advindas de várias culturas ao redor do globo, isso muitas vezes influencia aspectos e padrões sociais extremamente peculiares aos brasileiros, entretanto, apesar de importar alguns aspectos culturais, o Brasil possui uma variedade étnico cultural grande, rico e individual, derivante também das culturas indígenas existentes no período “pré-descobrimento” e “pós-descobrimento”.

Um descobrimento que é impreciso de acordo com referências nos estudos históricos e antropológicos (CUNHA, 2013. 54).

A invasão portuguesa alterou toda a dinâmica social das centenas que habitavam o território de Pindorama (Brasil). Desde o século XIX, a História e a Antropologia vêm tentando compreender e oferecer uma explicação histórica sobre a ocupação deste território, mas a perspectiva predominante continua sendo a eurocentrista.

Desta forma, entender como se deu o processo e o contexto do “descobrimento”, suas influências culturais e sociais, na perspectiva decolonial e de Abya Yala, ajuda a explicar parte da cultura social brasileira.

Sobre os estudos das culturas indígenas de Pindorama (Brasil), as obras dos antropólogos brasileiros são as referências mais significativas e mais abrangentes. Logo é pertinente explicitar a perspectiva antropológica na historiografia. Darcy Ribeiro (1970, p. 144), por exemplo, ao estudar o continente americano pré-colonial antes da chegada do homem branco europeu, percebeu que havia uma imensa diversidade de culturas indígenas com características antropológicas específicas e diversificadas:

Da Patagônia até o polo norte o continente americano possuía várias culturas pré-colombianas, passando por vários povos entre eles incas, guaranis, astecas, toltecas, Maias e Apaches etc. O Continente Americano era diverso e rico até a chegada do branco [...] era comum entre as tribos e civilizações a produção cultural com uma rica produção de línguas, comidas, objetos e templos para as culturas mais elaboradas. (DARCY RIBEIRO, 1970, p.45).

Entre os “mil povos” que habitam o “Novo Mundo” no período pré-colonial, havia os Apache, os Cherokee, os Comanche, os Astecas e dezenas de outros mais nos territórios atuais da América do Norte; os Maias e Quíchuas na América Central; e os Incas, Guaranis, Xavantes, Aimarás e Quíchuas na América do Sul. Sendo possível identificar mais de centenas de traços culturais pelo continente. Muitos foram perdidos devido a chegada dos colonizadores, que acabaram por extirpar grande parte das culturas e ritos indígenas existentes.

A miscigenação, no caso do indígena brasileiro, foi fruto primeiro de alianças entre portugueses e índios, no período que antecedeu a colonização propriamente dita (1500-1549), acrescida mais tarde de união fruto da violência. Foi corrente também, a partir do século XVII, o casamento, sugerido pelos senhores de escravos, entre escravos negros e índios das aldeias, no intuito de atrair os índios fora das aldeias em que haviam sido estabelecidos após terem sido “descidos” dos sertões. Tentava-se, assim, escravizar de fato os índios que estavam sob a jurisdição dos missionários. Tudo isso é explicitamente descrito na Carta Régia de 19 de fevereiro de 1696, que tenta reprimir esses abusos. A partir de 1755 e em toda a legislação pombalina, o Estado promove a miscigenação, recomendando casamento de brancos e índias e até favorecendo-os com regalias. Lembraremos, enfim, que a própria política de aldeamento reunia grupos indígenas distintos e favorecia a miscigenação entre eles (CUNHA, 1986, p.114).

A “miscigenação” com outras etnias levou aos povos influências na língua, na culinária, nos costumes e até mesmo no uso dos objetos de sua cultura. Em

contrapartida a “miscigenação” também trouxe para a atualidade diversas heranças indígenas para os não índios (INÁCIO, 2014, p.3). Elio (2002) explica que “miscigenação” significa cruzamento de pessoas de diferentes etnias. Entretanto, há que se considerar também que no contexto do século XIX e primeira metade do século XX, o conceito de “miscigenação” foi construído em bases racistas.

Quando em análise a dinâmica cultural indígena no Brasil Pré-Colonial é importante entender o emprego da expressão Índio, inventada pelos espanhóis, devido ao fato das expedições que aqui aportaram buscarem um caminho para a Índia. Entretanto, ao chegarem em terras além-mar, os portugueses ignoraram os direitos e identidades dos povos originários e mantiveram o uso da expressão índio/índigena, além de não levarem em consideração também a questão linguístico-cultural. (ABREU, 1987, p.76).

As primeiras descrições históricas acerca dos índios brasileiros no período pré-colonial e colonial foram realizadas pelas cartas e diários dos navegadores, e pelos cronistas do século XVI, entre os quais as crônicas de Hans Staden e Jean de Lery. Segundo Ribeiro e Moreira Neto (1993, p. 170) ambos os cronistas trazem diferentes percepções, no qual o livro de Staden “[...] foi dos primeiros a ser divulgado na Europa, com uma visão detalhada e confiável do mundo indígena”. Entretanto o livro de Jean de Lery “é um testemunho cheio de curiosidade e de calor humano em relação ao novo mundo e seus habitantes” (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993. p. 158).

Cunha (2013, p. 78) destaca que aproximadamente 518 anos após a conquista, há ainda uma grande diversidade de povos no território brasileiro e menciona que as sociedades indígenas atuais tem suas relações com o meio ambiente mediatizadas pela história.

A antropóloga ainda menciona que em relação à expressão demográfica os principais grupos indígenas brasileiros são: “Tikuna, Tukano, Macuxi, Yanomami, Guajajara, Terena, Pankaruru, Kayapó, Kaingang, Guarani, Xavante, Xerente, Nambikwara, Munduruku, Mura, Sateré-Maué, entre outros” (CUNHA, 2013, p. 78).

Estima-se que somente em território brasileiro em 1500 conviviam cerca de quatro à cinco milhões de indivíduos distribuídos entre os povos indígenas. O número não é preciso pois muito se perdeu com o processo de colonização, fato que

dificulta a exatidão numérica atribuída pelos antropólogos e historiadores (CERQUEIRA, 2018).

Por se tratar também de cultura oral, ao classificar os povos existentes neste período, usa-se a língua como forma principal de distinção, já que alguns povos possuíam hábitos parecidos e algumas diferenças físicas entre descendentes indígenas brasileiros. Pelo longo da costa marítima, documentou-se o uso do tronco linguístico Tupi e do Tupinambá, dialetos que possuem uma mesma raiz, adentrando o centro do continente surge o uso do Tapuia. Este dialeto é empregado para expressar uma série de línguas semelhantes utilizadas no interior do continente (CUNHA, 2012).

De acordo com as crônicas do “descobrimento”, Pedro Alvarez Cabral e suas 13 embarcações portuguesa desembarcaram em Pindorama no dia 22 de Abril de 1500, dando início ao processo de colonização. Ao chegarem em terras brasileiras, em busca de riquezas, os portugueses encontraram povos que já tinham seus próprios nomes, mas foram chamados de “índios”. Em cada região do Brasil, cada um desses povos se desenvolvia a sua maneira, com hábitos, formas de vida diferentes, vivendo em suas aldeias com a posse da terra de forma coletiva.

O contato passivo mas esquivo com os indígenas, sua nudez e equipamentos rústicos, somados a impossibilidade de entendimento pela fala, tudo levou o cronista a concluir: “... de que ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assim esquivos...”. Surge aí, pela primeira vez, a ideia do “Homo ferus”, variante do “bom selvagem” (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993, p. 83).

A partir daí houve grande redução nas populações indígenas brasileiras.

As causas da depopulação indígena nos dois primeiros séculos de colonização da América podem ser atribuídas às guerras de extermínio, à exploração inumana e escravização dos índios por parte dos colonizadores e, finalmente, pela causa determinante para uma conquista tão rápida e eficiente: as epidemias provocadas por novas doenças infectocontagiosas trazidas pelos europeus. Evidentemente, nenhuma dessas causas pode ser extrapolada do contexto de profundos choques culturais que advieram com a conquista e da conseqüente dissociação tribal dos povos indígenas. Da mesma forma, é necessário considerar que estes fatores de depopulação indígena atuaram concomitantemente ou ciclicamente em muitos casos. Não se pode esquecer, também, outro fator do declínio da população indígena, conseqüência das causas anteriormente apontadas, mas nem por isso menos significante: a fome. (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993, p. 197).

Algumas atividades também foram prejudiciais ao modo de vida comunitária, sendo estas: extração do Pau-Brasil; imposição da cultura Euro-portuguesa; utilização de mão de obra indígena escrava.

Não eram mais parceiros para escambo que desejavam os colonos, mas mão de obra para as empresas coloniais que incluíam a própria reprodução da mão de obra, na forma de canoieiros e soldados para o apresamento de mais índios: problema estrutural e não de alguma índole ibérica (CUNHA, 2012, p.18).

Os índios brasileiros possuíam uma relação de integração com a natureza. Os portugueses estavam habituados com a pecuária, agropecuária e outros métodos de cultivo. Os povos indígenas de Pindorama viviam com base na pesca, plantação em pequenas áreas, caça e coleta. Ao derrubar várias áreas de mata para a exploração do Pau-Brasil o europeu acabou influenciando nos padrões de sobrevivência dos índios.

Por volta de 1503 já havia um sistema complexo montado em torno da extração de pau-brasil. A metrópole portuguesa concedia o monopólio da extração da madeira a empreendedores particulares, que se encarregavam de organizar-se em sistemas de feitorias, isto é, espécies de armazéns fortificados onde era estocado o produto e de onde partia para abastecer os navios que tinham por destino a coroa portuguesa (ALMEIDA, 2010, p.201).

Sendo assim, várias áreas de matas foram abertas culminando na redução populacional indígena. Ao longo do tempo o espaço aberto de mata deu lugar as primeiras cidades da América Portuguesa.

Outra prática trazida pelos colonizadores foi a conversão religiosa. Do ponto de vista indígena, a tentativa da assimilação cultural por meio dos Jesuítas resultou muitas vezes na perda dos padrões e ritos passados de geração em geração. Por considerarem os índios como bárbaros e sem cultura, os colonizadores autorizaram congregações religiosas, entre as quais os missionários Jesuítas, para catequizar os indígenas e adequar o cotidiano indígena aos padrões europeus de conduta.

Segundo Manuela Cunha (2013, p. 56):

A primeira iniciativa de fundação de povoados especiais para os índios cristianizados partiu de Dom João III, que em Regimento ao primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, ordenou que eles vivessem em grupos nas proximidades das vilas para que pudessem entrar em mais íntimo contato com os cristãos e pudessem ser melhor doutrinados.

Os índios eram ensinados a deixar suas crenças e práticas do seu respectivo povo para assimilar a conduta do homem branco europeu, e assim, as relações e costumes foram se modificando e aos poucos extinguindo.

O povoamento e a colonização estavam sob o domínio de Portugal. Darcy Ribeiro e Moreira Neto (1993, p. 156), ressaltam que “a curiosidade e a atração pelo novo foram substituídas pela dominação colonial, para a qual os índios significavam simplesmente força de trabalho servil ou inimigos bárbaros a exterminar.”

A medida que aumentava as atividades de exploração da terra e os lucros e vantagens dos portugueses, os contatos entre o índio e o português foram se transformando em relação de violência, com a sujeição dos índios.

Ribeiro e Moreira Neto (1993) destacam ainda que no período entre 1500 e 1822 Portugal implantou as primeiras medidas de sua política de colonização, demarcando território e recursos a serem explorados. Ironicamente, os autores descrevem esta primeira etapa da colonização portuguesa da seguinte forma: “Para todos os efeitos, aqui acharam uma terra de ninguém, que só esperava, e esperava desde sempre, a chegada de seus verdadeiros donos. Claro que lá, no indescoberto, havia gentes, humanas gentes na aparência, que ali estavam desde milênios antes” (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993, p.18); e continuam: “Mas era como se não existissem, porque existiam para si mesmas, sem qualquer utilidade para o europeu enquanto não produzissem mercadorias para enricá-los.”

Outro fator que auxiliou a redução populacional indígena é o emprego da mão de obra escrava, através da prática do escambo, inicialmente para a extração do pau-brasil, no qual para tal atividade Berta Ribeiro (1970, p. 120) explica:

[..] obtida a partir da prática do escambo, ou seja, da troca de mercadorias e bugigangas europeias pelo trabalho pesado, os índios encarregavam-se de derrubar as madeiras, cortá-las em toras, transportá-las para as feitorias e acomodá-las; em troca, recebiam objetos como miçangas, tecidos, vestimentas diversas, canivetes, facas e outros utensílios desse gênero.

A leitura da historiografia da colonização causa inquietação, requerendo de nós uma reflexão profunda diante das mazelas trazidas do eurocentrismo. Darcy Riberio e Moreira Neto (1993, p. 174) explicitam uma visão crítica sobre o processo da invasão e conquista europeia:

A história da conquista e expansão do domínio colonial no Brasil, nos séculos XVI e XVII, no que respeita aos índios, é essencialmente uma narrativa sempre repetida de guerras e outros processos de dominação coercitiva que resultavam na destruição da autonomia daqueles grupos pela imposição da dominação colonial.

Com a expansão da colonização, alguns índios tornam-se cada vez mais doutrinados, outros grupos se aliam com os portugueses em troca de alguma vantagem contra seus inimigos e outros resistem sem trégua. Na colonização portuguesa, “a guerra se faz aos índios hostis ou resistentes à inserção na ordem colonial e, de modo mais impositivo e sem quartel, aos grupos aliados de estrangeiros e hereges” (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993, p.174-175).

Se o objetivo da História é perseguir a verdade, ou seja, a História com o aparato metodológico do conhecimento que fundamenta o questionamento e legitima o discurso do real aceitável, trazendo a evidência o errôneo com os pré-requisitos necessários a identificar a ficção, busco assim, a fundamentação do questionamento em questão, referente ao “Descobrimento” do Brasil; e um dos aspectos de real verídico foi a violência de extermínio contra os povos originários:

Além da dizimação involuntária, provocada pelas enfermidades brancas, a dominação exigiu, também, guerras de extermínio e de apresamento de escravos que, junto com o exercício da escravidão, da forma mais brutal, resultou num imenso desgaste de gente. (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993, p.28).

Os povos indígenas de Pindorama foram desterrados de seus próprios territórios, foram destituídos de razão e humanidade, foram barbarizados pelo discurso do homem europeu que se dizia civilizado. Não houve descobrimento, houve exploração, dominação, genocídio e edificação de uma sociedade colonialista e colonizada. Durante o período de construção da sociedade colonial, “a fome sempre acompanhava as infecções, e as mortes eram tão numerosas que os corpos ficavam a descoberto” (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993, p.197). Os que não

morriam pela violência banal do poder bélico e a exploração intensivo do trabalho, morriam pelas doenças trazidas pelos colonizadores europeus:

Os processos de dispersão das moléstias eram muitos. As de caráter venéreo, responsáveis por boa parte da mortalidade na população indígena, eram disseminadas amplamente pelo estabelecimento de intercuro sexual livre entre colonizadores e índias, para as quais representava forma de adquirir prestígio a coabitação com os civilizados (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993, p.200).

E assim, parece ter sido invisibilizada parte da história dos povos nativos brasileiros, seu processo de colonização portuguesa no Sec. XVI, a assimilação cultural, como também aos fatores que levaram ao quase desaparecimento da cultura indígena e a visão dos indígenas sobre os resultados históricos da mudança de padrão de vida.

Tal associação de guerras e epidemias, seguida de suas consequências, como a fome e a escravidão, acabou por exterminar praticamente toda a população indígena litorânea. As epidemias devem ter-se propagado com grande rapidez, atingindo os grupos hostis do sertão através de escravos fugitivos que com eles tentavam estabelecer contato (RIBEIRO; MOREIRA NETO, 1993, p.201).

Assim muitas famílias dos povos indígenas foram mortas e a maioria desses povos teve que se deslocar cada vez mais para o interior do Brasil. E ao longo da História os indígenas foram se agrupando em vários de povos. O que fez a também violência de generalizar o indígena, quando cada grupo se vê como um todo e diferente de outros grupos.

Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, "o encontro" de sociedades do Antigo e do Novo Mundo. Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e micro-organismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil (CUNHA, 2012, p.14).

A História Indígena reivindica uma nova História do Brasil; e esta nova História tem, o apoio internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), que aprovou a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, instrumento que

recomenda as nações a respeitarem as formas políticas, sociais e jurídicas dos povos indígenas.

Reconhecendo a necessidade urgente de respeitar e promover os direitos intrínsecos dos povos indígenas, que derivam de suas estruturas políticas, econômicas e sociais e de suas culturas, de suas tradições espirituais, de sua história e de sua concepção da vida, especialmente os direitos às suas terras, territórios e recursos, ... (ONU, Direitos dos Povos Indígenas, 2007, p.4)

Depois de 500 anos de violência e resistência, a ONU reconheceu os direitos dos povos indígenas, conferindo lhes um importante instrumento de luta para reivindicar e preservar seus territórios e suas culturas. A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas afirma em seu artigo primeiro:

Os indígenas têm direito, a título coletivo ou individual, ao pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o direito internacional dos direitos humanos (ONU, 2007, p. 6).

ONU (2007) declara que tanto os povos quanto os indígenas possuem livre arbítrio e igualdade entre si, possuindo direitos de não serem submetidos a nenhuma forma de discriminação no exercício de seus direitos.

ONU (2007) ressalta ainda que os povos indígenas possuem à autodeterminação e por consequência livremente a sua condição política em busca de seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

A Declaração ratifica ainda o direito à autodeterminação dos povos indígenas, o direito a exercerem sua autonomia e autogoverno nos assuntos internos pertinentes a seus hábitos, costumes e tradições; e o por fim a ONU (2007, p. 7) declara o “direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, caso o desejem, da vida política, econômica, social e cultural do Estado”.

Os povos indígenas que habitam as matas preservam a natureza, preservam o conjunto de diferentes ecossistemas que formam os biomas do Brasil. Retiram da terra somente o necessário para a sua sobrevivência, moram em aldeias

em algumas localidades dessa extensa área territorial chamada Brasil, onde cada detalhe de suas vidas diárias revelam um pouco da cultura indígena que determina cada povo. “Reconhecendo que o respeito aos conhecimentos, às culturas e às práticas tradicionais indígenas contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo e para a gestão adequada do meio ambiente” (ONU, 2007, p.4).

Como forma de preservar a cultura indígena no Brasil a Funai², órgão estatal que defende os direitos do índio e determina a demarcação de terras indígenas, explicita o conceito de Terra Indígena:

Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada” (FUNAI, 2018).

O órgão determina que a preservação indígena é de vital importância para a história da humanidade, sendo um patrimônio de todos.

O processo de colonização europeia impactou drasticamente a diversidade cultural dos povos originários de Pindorama. Após a chegada dos portugueses e posteriormente com a edificação da estrutura colonial, os povos indígenas sofreram um impacto social que não estavam preparados. Assim como ocorreu em outras regiões do continente americano, a cultura nativa quase sucumbe a imposição do homem branco europeu, mas a capacidade de resistência se mostrou mais forte e duradoura do que os intentos de extermínio do homem colonizador.

Além das mortes de índios, verdadeiro etnocídio também foi realizado nos costumes dos índios, nos elementos que passavam de geração a geração, garantindo a sobrevivência das formas de convívio nas florestas e matas ocupadas por estes.

Se o termo genocídio remete à ideia de "raça" e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida),

² Funai – Fundação Nacional do Índio.

mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito (CLASTRES, 2004, p.56).

O que resulta deste processo de colonização é uma sociedade com débitos para com os povos indígenas; e para transcender os preconceitos enraizados em nossa formação euro-ocidental, temos que aprender “a olhar os índios com os olhos deles mesmos”, como buscou fazer Darcy Ribeiro:

Aos poucos, com a acumulação das experiências e vivências, os índios me foram desasnando, fazendo-me ver que eles eram gente. Gente capaz de dor, de tristeza, de amor, de gozo, de desengano, de vergonha. Gente que sofria a dor suprema de ser índio num mundo hostil, mas ainda assim guardava no peito um louco orgulho de si mesmos como índios. Gente muito mais capaz que nós de compor existências livres e solidárias. Acabei percebendo a futilidade da temática clássica dos estudos etnológicos e sua infecundidade científica. Capacitei-me do alto valor explicativo que podem ter os estudos que focalizam os índios, não como amostras de uma humanidade prístina, mas como gente humana, adaptando-se penosamente aos novos tempos para sobreviver tal qual é ou era. Assim foi que aprendi a olhar os índios com os olhos deles mesmos (DARCY RIBEIRO, 1997, p.155).

No campo das humanidades, aprendemos que a invasão de áreas indígenas por homens não índios, ocasiona o desmatamento das florestas, a morte de animais, vegetais e pessoas. Toda essa violência acarreta problemas sérios, modifica o ecossistema, eleva a temperatura ambiente e fragiliza a vida humana o que é de interesse de todos.

Segundo a Indriunas (2000, p. 1) “cerca de 85% das 561 terras indígenas brasileiras sofrem algum tipo de invasão. A estimativa é aceita pela Funai e por ONGs ³ligadas a causas indígenas”.

Com base nesses dados é intimidante pensar que de forma acelerada o homem não índio está dominando essas áreas de forma destrutiva.

Mas no âmbito geral da sociedade brasileira, predomina o preconceito e a ignorância em relação aos povos indígenas; e o nosso sistema educacional vem de certa forma, perpetuando visões preconceituosas ou superficiais, acerca da história e cultura dos povos originários.

³ ONGs – Organização Não-Governamental.

Nos últimos anos, entretanto, o pressuposto de que os índios simplesmente deixarão de existir começou a ser revertido, de modo que hoje, talvez pela primeira vez na história do Brasil, paira uma certa nuvem de otimismo no horizonte do futuro dos índios. A principal voz discordante, em enfática negação da tese do desaparecimento, pertence aos próprios índios que, através de novas formas de expressão política – tais como as organizações indígenas – reivindicam e reconquistam direitos históricos (MONTEIRO, 1995, p. 223).

Que a redação historiográfica reveja seus conceitos e teorias de forma efetiva, principalmente no que concerne ao sistema educacional, adicionando para esse o outro lado da história que remete a visão dos índios em relação ao descobrimento do Brasil, a extinção de suas culturas e as suas relações com a natureza, gerando assim novos questionamentos, estudos e abertura para quebra de preconceitos.

A extinção dos índios, tantas vezes prognosticada, é negada enfaticamente pela capacidade das sociedades nativas em sobreviver os mais hediondos atentados contra sua existência. Recuperar os múltiplos processos de interação entre essas sociedades e as populações que surgiram a partir da colonização europeia, processos esses que vão muito além do contato inicial e dizimação subsequente dos índios, apresenta-se como tarefa essencial para uma historiografia que busca desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas. Com isto, páginas inteiras da história do país serão re-escritas; e ao futuro dos índios, reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista (MONTEIRO, 1995, p. 228).

Sendo assim, reforça-se a importância de ouvir diretamente, sem a intermediação de um especialista da cultura do não índio, a voz e as palavras de representantes legítimos dos povos indígenas.

3 O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL NA VISÃO INDÍGENA

Muito se fala do descobrimento do Brasil através de fontes literárias e no sistema educacional, porém na maioria destas o “descobrimento” parte do princípio de como os portugueses colonizaram o Brasil, mas pouco se menciona sobre o sentimento daqueles que já habitavam território “descoberto”.

Litaiff (1996) mostra a vivência dos índios, ressaltando a visão de mundo, cosmologia e representações étnicas, para tanto o antropólogo destaca através de um conto a visão do índio João da Silva de Sapucaí.

Vovô me contava histórias do que aconteceu sobre o primeiro que descobriu o Brasil, o Pedro Cabral. Não sei ao certo, diz que naquele tempo nós índios nem conhecíamos o branco. Então diz que um dia apareceu um barco grande que vinha chegando. O índio sentiu medo, pensou que fosse bicho e atirou com flecha, naquele tempo o guarani tinha flecha. Flecha não faz nada, bate e voa por cima do barco, que quando encostou na praia, aí saiu gente. Então o índio conheceu o branco. O índio atirou porque nunca tinha visto antes aquilo, mas quando viu o branco sair do barco, aí parou. Então os outros chegaram, viram índio e bateram foto (LITAIFF, 1996, p. 136).

Quanto essa perspectiva histórica sabe-se muito pouco, entretanto sabe-se das consequências trazidas pela colonização que são extinção de muitas sociedades indígenas, que viviam no território dominado.

Com isso, temos o seguinte questionamento: Qual a visão do povo indígena quanto ao “descobrimento” do Brasil?

3.1 *KAKÁ WERÁ JECUPÉ, DANIEL MUNDURUKU E A TERRA DOS MIL POVOS*

Kaka Werá Jecupé nasceu em São Paulo no dia 01/02/1964, de origem indígena tapuia. É escritor, ambientalista, conferencista, empreendedor social, conselheiro, e fundador do Instituto Arapoty, organização voltada para a difusão dos valores sagrados e éticos da cultura indígena. Desde 1998, leciona na Fundação Peirópolis e na UNIPAZ.⁴

⁴ UNIPAZ – Universidade Internacional da Paz.

O conceito de Natureza para Jecupé (1998) parece abarcar toda a existência humana que interliga-se com a própria natureza num processo de simbiose e completude:

Homens, árvores, serras, rios e mares são um corpo, com ações interdependentes. Esse conceito só pode ser compreendido através do coração, ou seja, da natureza interna de cada um. Quando o humano das cidades petrificadas largarem as armas do intelecto, essa contribuição será compreendida. Nesse momento entraremos no ciclo da Unicidade, e a terra sem Males se manifestará no reino humano (JECUPÉ, 1998, p. 61).

Daniel Munduruku nasceu em Munduruku do Pará, no dia 28/02/1964, é Graduado em Filosofia, com licenciatura em Psicologia e História, doutor em educação pela USP, com pós-doutorado em Literatura na Universidade de São Carlos. Professor da Fundação Peirópolis; é Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República e membro efetivo da Academia de Letras de Lorena – SP.

Para Munduruku (2003), o homem não indígena concebe a natureza como objeto de exploração e dominação, acarretando danos à humanidade e aos demais seres vivos que habitam o Planeta Terra. Manduruku maneja o conceito de “Tradição” na perspectiva indígena. A Tradição ensina que o Criador confiou aos humanos a condição de guardiões da natureza, mas o homem não índio esqueceu ou rompeu com esta “sabedoria divina”:

Vi o que o homem fez daquilo que o Criador deu para todos usarem. Vi cercas que não permitiam a passagem das pessoas. Entendi quando a Tradição diz que o Criador de tudo colocou os homens da cidade no lugar onde eles moram com intenção de serem guardiões da sabedoria divina. Um dia esses homens perderam o gosto pela própria Tradição e passaram a construir outras maneiras de viver, nas quais as pessoas se matavam para juntar coisas, erguer grandes templos e inventar objetos para substituir a lembrança do Criador (MUNDURUKU, 2003, p.41).

Em *A Terra dos Mil Povos* Jecupé (1998), integra conhecimentos produzidos por estudos históricos e antropológicos (conhecimento do homem não indígena), com o conhecimento e a sabedoria das culturas indígenas.

Jecupé (1998) relata experiências, informações recebidas sobre origens indígenas, características e aspectos de sua ancestralidade. Sua visão sobre os costumes do povo brasileiro, destaca a diversidade étnico-cultural dos povos indígenas atualmente e reitera a necessidade de reintegrar à educação a perspectivas de valores universais contidos nas tradições indígenas.

Estudos dos antropólogos registram atualmente 206 povos indígenas no Brasil. São povos que têm seus costumes e línguas. Por incrível que pareça, alguns deles nunca se encontraram, mesmo habitando aqui há milhares de anos. E, segundo ainda aqueles antropólogos, dos 206 povos ou nações indígenas, há quatro troncos culturais básicos, de onde se ramifica uma grande variedade de dialetos indígenas: tupi, karib, jê e aruak. Desses, o mais marcante foi o tupi, que ultrapassou os limites da floresta e penetrou na civilização ocidental que aqui se instalara no século XVI, influenciando hábitos, línguas e técnicas que até hoje persistem no cotidiano brasileiro (JECUPÉ, 1998, p. 14).

Ao ler obras dos dois autores, objetivando adentrar no contexto indígena, constata-se que nas coleções de crônicas, fábulas, poesia dos mitos, como também nas obras historiográficas há uma sensibilidade espiritual e humanística muito diferente da racionalidade ocidental. E que não pareça redundante salientar, como que eles, os indígenas, tem tanto a ensinar e os não indígenas muito que aprender.

Diante disso, a quebra de paradigmas se faz emergente em face na busca de perseguir a história: “Outros pajés diziam ter visto em seus sonhos que aqueles estrangeiros eram muito perigosos porque tinham medo da floresta, dos animais, dos peixes, dos rios” (MUNDURUKU, 2007, p.15); e como explicando todo processo de percepção e consequência, completa: “– Porque com medo, as pessoas fazem coisas sem pensar direito. E se temos medo de algo, nosso primeiro pensamento é destruir o que nos assusta. Eles iriam destruir nossa terra, disso tínhamos certeza” (MUNDURUKU, 2007, p.15).

O medo como consequência do contato do homem índio e não índio foi também, um conflito interno que se exteriorizou, o qual ocasionou marcas na memória e na história dos índios, cicatrizes ainda sentidas nos dias atuais.

Ainda sobre este contato entre o homem índio e não índio, os colonizadores queriam que os índios absorvessem a sua cultura ocidental e dentro dela o catolicismo.

Gerando novamente um conflito intercultural, como é mencionado abaixo por Jecupé.

...era como no século XVI, os Tupinambá tentaram comunicar aos religiosos estrangeiros quando eram interrogados a respeito do conceito indígena de Deus; no entanto, por mais que os tamãï tentasse explicar, aqueles que vieram do outro lado das Grandes Águas entenderam somente um aspecto superficial desse Altíssimo Ser- Trovão (JECUPÉ, 2001, p. 33).

Jecupé (1995) evoca sua fé e sua espiritualidade ancestral para entender as amarguras do homem não índio. Adentra assim, no universo de valores que devem ser preservados e a forma que o pensamento é transformado em ação, sendo estes a estrutura das emoções e dos desejos que em deslocamento são o destruir e o criar. O homem europeu é um ser humano dominado pelo medo e pelo desejo de poder e riquezas ancestrais.

Isso ocorreu pelo fato de os povos dessa época terem acumulado em seu sangue as más sementes dos ciclos passados: os espíritos do medo, do sono, da ilusão, da escravidão, do sonho nublaram o Ser de esquecimento, o que gerou no Ciclo de Tupã a posse, a disputa, o apego, ampliados pela consciência do Poder (JECUPÉ, 1998, p. 23).

Segundo Jecupé (1998), a herança dos ancestrais foi uma forte vertente que motivou a cobiça inconsequente dos europeus por poder e os bens naturais e preciosos que estavam sob posse dos povos nativos.

Entretanto, com a resistência dos nativos para incorporar as crenças católicas e perpetrar destes hábitos cotidianos, fazendo com que os mesmos quando possível voltassem a cultivar espíritos, resultando com o tempo uma adaptação do catolicismo na sua própria cultura.

Dessa maneira, a cultura tupi continuou influenciando os costumes e a visão de mundo depois da chegada dos colonizadores. Os portugueses, os mestiços e mesmo a Igreja Católica, no intuito de doutrinação, adotaram a língua boa e se aprofundaram no conhecimento da cosmologia nativa (JECUPÉ, 1998, p. 46/47).

Jecupé (1998), ressalta ainda o medo dos portugueses de serem domesticados pela língua indígena, quando no século XVIII a língua geral do povo era o tupi. Naquele século, os colonizadores portugueses criaram dispositivos jurídicos para proibir/coibir a chamada “língua geral dos povos”, ou “língua brasílica”.

Essa língua só não se fixou como língua brasileira porque em 3 de maio de 1757 o seu ensino e uso público foram proibidos por ordem real. A Corte começou a perceber que a cultura tupi era nacionalmente reconhecida e, apesar das investidas da doutrina religiosa e social, aos poucos os povos daqui iam incorporando a cultura local (JECUPÉ, 1998, p. 47).

Mesmo minimizados em sua ancestralidade, empurrados por caminhos que sublimavam troncos culturais básicos de uma língua mãe, os povos indígenas puderam nos fazer conhecer o caráter universal de suas tradições.

Nos primeiros anos, os indígenas aceitaram a ideia da permuta realizada com os portugueses e franceses. E não há registro de maiores problemas nos primeiros trinta anos depois da chegada de Cabral. Mas a corte real portuguesa resolveu mudar o sistema de conquista e exploração da terra (JECUPÉ, 1998, p. 51).

O primeiro contato dos portugueses com os índios foi considerado de forma pacífica, pois o povo nativo foi motivado por um sentimento de curiosidade frente aos objetos oferecidos por parte dos portugueses. Entretanto a ganância dos colonizadores trouxe a hostilidade, dando início aos conflitos.

Como essas relações só poderiam ser efetivadas segundo a lei tupi, que consistia em fornecer sua mão-de-obra de acordo com a sua liberdade e disponibilidade de tempo, o que contrariava as intenções de grande produtividade canavieira e algodoeira dos fazendeiros, iniciaram-se as hostilidades (JECUPÉ, 1998, p. 51).

Se somos o berço de uma cultura que deve e pode ser alçada à altura daquelas que servem de esteio as nossas ações no mundo, vale a pena renovar e trazer o escondido para o nosso olhar. Podemos trabalhar para que a identidade do povo brasileiro agregue o que até agora o comodismo deixou para depois “esquecendo-se” de parte da História.

Para Jecupé (1998), na História do Brasil houve muito mais invasão e exploração do que “descobrimento”. Os colonizadores portugueses incitaram guerras, ou seja: “A ideia dos colonos era incitar guerras intertribais e capturar guerreiros para serem vendidos como escravos” (JECUPÉ, 1998, p. 51). Por isso, pode-se afirmar que “a degeneração social dos Guarani deve-se à escravidão e às guerras que se sucederam nos primeiros trezentos anos de conquista” (JECUPÉ, 2001, p. 102).

No livro *Tupã Tenondé*, Jecupé (2001) se propõe a cumprir parte de sua missão original, formar corações valorosos, preparados para respeitar e valorizar a diversidade cultural num mundo em que, cada vez mais, alguns povos pretendem impor a outros sua maneira de ver e de viver.

Da mesma forma que Jecupé, Munduruku também caracteriza o “descobrimento” como um processo de invasão e conquista dos colonizadores portugueses. Sendo assim, as ameaças aos povos indígenas nunca terminaram, os inimigos agora são outros, porém com os mesmos objetivos e motivações a exploração das riquezas naturais onde habitam os povos nativos.

Mesmo assim, tal qual no passado distante, os povos indígenas possuem uma cultura de resiliência inexplicável e encontram meios de sobrevivência e preservação de suas tradições.

Ainda que ignorado, negado ou transformado pelos colonizadores – do corpo e da alma –, o saber que sempre alimentou nossas tradições se manteve fiel aos princípios fundadores. Isso desnordeou os invasores daquele momento histórico e continua desnordeando os de nosso tempo, os quais teimam em destruir as tradições originárias que permanecem resistindo, não sem muitas baixas, ao “canto da sereia” do capitalismo selvagem, cujo olhar frio se concentra na fragilidade humana, que é capaz de vender sua dignidade e ancestralidade em troca de conforto e bem-estar ilusórios (MUNDURUKU, 2012, p. 68).

Assim a existência de profundos choques culturais: Os povos indígenas vistos como bárbaros, violentos, nomenclaturas provenientes também do modo de encarar o inimigo. Para o homem branco mais uma forma de moeda de troca, mão de obra fácil na produção de riquezas. Para os povos indígenas uma forma de ter para si a resistência, a força do inimigo capturado.

Essa primeira ideia para a captura de escravos não deu certo. Isso porque um guerreiro Tupinambá ou Tupi-Guarani não gostava de negociar um inimigo capturado, pois fazia parte de sua cultura comê-lo segundo os costumes rituais, e também porque para um capturado era uma honra ser comido e não escravizado (JECUPÉ,1998, p. 53)

Segundo Jecupé papel da Igreja Católica e dos missionários também é visto com crítica. Jecupé (1998) narra a vinda dos missionários como integrantes de um contexto de opressão vivido pela nação indígena: “Nesse momento (1549) chegaram os jesuítas, cuja tarefa era convencer os índios a abandonar os costumes tidos como selvagens, os rituais profanos, a antropofagia, a nudez e a poligamia”. (JECUPÉ,1998, p. 53). Para o povo indígena descendentes dos antigos Tupi o período foi um Ciclo de adormecimento da tradição.

Mas existiam alguns grandes pajés, silenciosos, reclusos, habitantes solitários de cavernas ou interiores de florestas, que, no caos do século, procuravam ensinar, sempre que eram solicitados, a arte de andar ela Noite, pois, de acordo com a memória cultural, essa época era o início da Grande Noite da Terra (JECUPÉ,1998, p. 55)

A dominação colonial da época do “descobrimento” impunha condições para os povos indígenas contrária à sua própria cultura e existência. Para Jecupé (1998) e Munduruku (2012), membros da grande nação de povos indígenas, o “descobrimento” do Brasil foi como que uma passagem caótica para um período de muita dor e desilusões, situação que ainda perdura nos dias atuais.

Dessa forma, na era colonial pode ser observada a criação de justificativas ideológicas para a opressão do colonizador europeu, as quais consistiam em deturpar de forma pejorativa a imagem dos indígenas e reproduzir esses preconceitos no seio da sociedade brasileira, caracterizando um processo de inferiorização, marginalização e exclusão das minorias étnicas que estigmatizam, até os dias atuais, as sociedades indígenas brasileiras (MUNDURUKU, 2012, p. 29/30).

Jecupé (1998) em “A Terra dos Mil Povos” cataloga esses marcos históricos de acordo com o parecer indígena, quero ressaltar alguns desses períodos segundo o autor:

“1500 Cabral encontra os Tupinikim, da grande família tupinambá (tranco tupi-guarani) que ocupava quase toda a costa, do Pará ao Rio Grande do Sul” (JECUPÉ,1998, p. 73),

- “1511 Em Cabo Frio, a nau Bretoa embarca 35 escravos índios para a metrópole. Incursões de corsários franceses interessados em pau-brasil” (JECUPÉ, 1998, p. 73),
- “1531 Contingenciamento da mão-de-obra indígena para todo tipo de trabalho, ainda através do escambo. Mais embarque de escravos para Portugal” (JECUPÉ, 1998, p. 73),
- “1534 Implantação do regime de capitanias hereditárias. Aumenta a imigração de colonos, atentando contra a mulher indígena, a posse da terra e a liberdade dos índios” (JECUPÉ, 1998, p. 73),
- “1537 Breve papal de Paulo III proclama os índios “verdadeiros homens e livres”, isto é, criaturas de Deus iguais a todos” (JECUPÉ, 1998, p. 73),
- “1540 Reações dos Tupi à conquista: 12.000 índios emigram da Bahia ou Pernambuco; somente 300 chegaram a Chachapoya, no Peru. Sessenta mil Tupinambá fogem da opressão portuguesa, exaurindo-se pelo caminho, até atingir a foz do Madeira” (JECUPÉ, 1998, p. 73)
- “1547 Os Carijó, grupo guarani da capitania de São Vicente, são assaltados por predadores de escravos e vendidos em várias capitanias. Para escapar à escravização, tribos guerreiam entre si, arrebanhando escravos para a indústria canavieira” (JECUPÉ, 1998, p. 73)
- “1549 Dissolve-se o regime de capitanias. É estabelecido o governo-geral. Tomé de Souza, primeiro governador-geral, reimplanta o escambo para obter alimentos e trabalho dos índios, mas não impede a escravização” (JECUPÉ, 1998, p. 74)
- “1553 O segundo governador-geral, Duarte da Costa, permite que os colonos escravizem e tomem as terras dos grupos tribais mais próximos dos estabelecimentos coloniais. Violentos confrontos entre índios e brancos na Bahia (1555)” (JECUPÉ, 1998, p. 74)
- “1557 Chegada de Mem de Sá, terceiro governador-geral. Os índios da Bahia recusam-se a plantar, sobrevivendo a fome em toda a província. Os jesuítas agrupam 34.000 índios Tupinambá em onze paróquias (1557 – 1562)” (JECUPÉ, 1998, p. 74)
- “1560 Expulsão dos franceses do Rio de Janeiro com a ajuda de índios Tupinambá” (JECUPÉ, 1998, p. 74)
- “1562 Para conseguir escravos “legítimos”, Mem de Sá move “guerra justa” aos Caeté, sob a alegação de serem pagãos e terem trucidado o primeiro bispo do Brasil, em 1556” (JECUPÉ, 1998, p. 74)
- “1563 Consequência da guerra aos Caeté; epidemias de fome e de varíola dizimam 70.000 índios na Bahia” (JECUPÉ, 1998, p. 74)
- “1584 Epidemia de varíola se alastra pelas aldeias indígenas na Bahia. Os sobreviventes se oferecem como escravos por um prato de farinha” (JECUPÉ, 1998, p. 74)
- “1612 Os franceses desembarcam no Maranhão. Aliam-se aos Tupinambá e constroem o forte de São Luís. Padres capuchinhos Abbeville e D’Evreux encarregam-se da catequese” (JECUPÉ, 1998, p. 75)
- “1615 Ajudados pelos Tremembé, grupo tapuia, os portugueses expulsam La Ravardièrre do Maranhão. Os 12.000 Tupinambá, aliados dos franceses, são sanguinariamente reprimidos” (JECUPÉ, 1998, p. 75)
- “1621 Uma epidemia de varíola aniquila os remanescentes Tupinambá da costa do Maranhão e Grão-Pará” (JECUPÉ, 1998, p. 75)
- “1628 Os bandeirantes atacam as reduções jesuíticas de Guairá (Paraná). Quinze mil escravos guaranis, postos a ferro, são levados a São Paulo” (JECUPÉ, 1998, p. 75)
- “1631 A devastação dos bandeirantes obriga os padres a transferir 100.000 Guarani das reduções de Guairá para além das cataratas de Iguaçu. Chegam apenas 10.000” (JECUPÉ, 1998, p. 75)
- “1671 Bandeirantes exterminam os Paiaia, grupo tapuia do sertão da Bahia para entregar suas terras ao gado. Outra etapa da “Guerra dos Bárbaros”, que acabou com inúmeras tribos” (JECUPÉ, 1998, p. 76)
- “1701 Os bandeirantes descobrem jazidas de ouro no rio das Velhas (Minas Gerais). As populações indígenas são exterminadas sem que a história registre seus nomes” (JECUPÉ, 1998, p. 77).

Uma série de acontecimentos mencionados acima resumem os fatos relevantes da história de acordo com os nativos, tais como: exploração de minérios,

ataques a comunidades indígenas e epidemias devastadoras que dizimaram parte significativa de integrante destas comunidades.

Os séculos seguintes do Brasil foram de batalhas com o objetivo de escravização, que se expandia ano a ano. São Paulo foi a região que mais realizou escravização indígena. De lá saíam as famosas 'bandeiras' de apresamento, pelo mar, em direção ao sul e ao norte do país; pela terra, seguindo trilhas milenares indígenas, como o caminho de Peabiru, que ligava Cananéia a Asunción (Paraguai), onde apresavam centenas de Tupi-Guarani. E também, no primeiro período da febre do ouro, pelo interior do país (JECUPÉ, 1998, p. 57).

As "bandeiras" de apresamento é uma metáfora utilizada para nomear a captura de índios para serem usados como mão-de-obra escrava. Esta metáfora é um exemplo de como a história apresenta aspectos unilaterais, minimizando fatos como a escravidão que foi algo desumano.

Quando chegaram as Grandes Canoas dos Ventos (as caravelas portuguesas), tentaram banir o espírito do tempo, algemando-o no pulso do Homem da civilização. Dessa época em diante, o tempo passou a ser contado de modo diferente. Esse modo de contar o tempo gerou a História, e mesmo a História passou a ser contada sempre do modo como aconteceu para alguns e não do modo como aconteceu para todos. Aqui, a partir desse tempo inventado pela civilização, foram resumidos os principais fatos desse tempo – inventado, mas de ações humanas reais e, infelizmente, na maior parte das vezes, cruéis (JECUPÉ, 1998, p. 71).

Para que as civilizações indígenas possam ser inseridas e tratados de forma igualitária é preciso quebrar a visão Ocidental onde há omissão aos direitos dos povos indígenas. É necessário proporcionar oportunidades para os intelectuais indígenas, fortalecendo a identidade nacional.

Na verdade, para muitos povos sequer existe uma palavra que tenha o mesmo sentido de futuro que o Ocidente lhe dá. São povos movidos pelo presente e pela sua urgência. São povos que desenvolveram a tradicionalidade como método de sobrevivência e que se baseiam numa cosmovisão de existência cuja ideia de futuro não se realiza pela produção e pelo acúmulo de produtos tal qual o Ocidente, mas por uma compreensão baseada numa estratégia de sobrevivência equacionada pela economia solidária, pelo poder compartilhado e pela educação para a liberdade. Portanto, pensar a autonomia dos povos indígenas seria, certamente, a melhor compreensão de futuro que estes líderes poderiam oferecer às suas sociedades (MUNDURUKU, 2012, p. 185/186).

Acontecimentos expostos pela História, não tem conseguido parar a nação indígena, que enfim consegue uma certa legitimidade, ainda que tardia frente a outras culturas, e proveniente de muita perseverança; e esta esperança, para Munduruku (2012), é a preservação da Tradição:

A resposta nem sempre é tranquila para nós, mas há, ainda, um grande sustentáculo que mantém viva, dentro de nosso espírito, a esperança: a Tradição. É ela que nos dá a certeza de que não estamos perdidos e sozinhos no mundo. Esta Tradição alimenta nossa razão de ser por meio de nossos cantos, danças e ritos de passagem. Ainda assim, o problema não se resolve. Estamos próximos das grandes cidades e sofremos na pele o desconforto de sermos espremidos em pequenas porções de terra e ainda temos que manter a Tradição (MUNDURUKU, 2003, p.66).

Apesar do que já foi conquistado ainda há muito para caminhar para que seja realmente possível combater as desigualdades que sofrem os povos originários, é preciso uma visão mais crítica sobre os aspectos históricos, econômicos e sociais para uma conscientização da nação, garantindo a igualdade dos nativos perante a outros povos.

[...] o Estado brasileiro desenvolveu suas estratégias de extermínio dos povos indígenas e como eles souberam aprender com a história e “dar a volta por cima”. É claro que a situação deles nos dias atuais ainda é delicada e nem tudo está resolvido, ainda que a Constituição Federal ofereça garantias nas quais possamos vislumbrar algum futuro para esses povos (MUNDURUKU, 2012, p. 42).

Hoje lhes é garantido pela Constituição Federal o território, como forma de compensação por todo o sofrimento lhe causado, como forma de motiva-los à conservar culturas e hábitos. No entanto, é necessário compreender que a nação indígena faz parte da História, e a mesma não busca por compensação e sim por seus direitos.

Portanto, Jecupé e Munduruku demonstram com maestria e respeito através de escritas literárias, com os quais, eles intelectuais indígenas buscam combater o preconceito que durante séculos foram alvos, e expressar os seus costumes e crenças para quem ainda desconhece.

4 CONCLUSÃO

As inquietações que foram explanadas no presente trabalho trouxeram reflexões sobre o “descobrimento” do Brasil e a história dos povos indígenas na nossa nação, assim como, a ausência de visibilidade por parte dos índios na história do Brasil e a visão do índio perante o descobrimento do Brasil.

Para sustentar o trabalho foram utilizados debates da antropologia, a visão eurocentrista e os estudos de descendentes dos povos originários, no qual as reflexões levaram conjecturar as consequências da colonização e o modo como ela foi obtida, ocasionando a miscigenação das etnias, períodos de escravidão, enfermidades, genocídios, etnocídios e a extinção de várias comunidades indígenas e com elas, parte da história, memória e conseqüentemente devastação de boa parte de nossas riquezas e recursos naturais.

O trabalho em questão trouxe indagação sobre o termo “descobrimento”, pois quando os europeus chegaram no território brasileiro, o mesmo já era de posse coletiva das comunidades indígenas.

Somos permanentemente induzidos a ver a história por um ângulo onde a visão eurocêntrica predomina, favorecida pela história tradicional, colonizadora e inerte.

Partindo dessa premissa, destaca-se a importância e a relevância desse estudo, a história do descobrimento do Brasil poderá ser abordada de forma mais abrangente, com a possibilidade de não ser mostrada apenas de forma unilateral. A história indígena precisa emergir, sem romantismo ou utopia, e se pensarmos de forma lógica, como fonte histórica, como material de análise, com o reconhecimento da construção identitária dos povos indígenas. E assim, contextualizar novas perspectivas historiográficas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Aurélio M.G. de. **Culturas indígenas do Brasil**. São Paulo: Traço, 1987.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU: Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. 2007. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, 2013, n.11, p. 89-117, maio - agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2018.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros Na Próprio Terra: presença Guarani e Estados Nacionais**. Florianópolis: EdUFSC; Chapecó: Argos, 2010.

BROWN, Dee Alexander. **Enterrem meu coração na curva do rio**; tradução: Galvão Ferraz; Lola Xavier. Porto Alegre: L&PM, 2010.

CELESTINO DE ALMEIDA, Maria Regina. **Os índios na história do Brasil**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CERQUEIRA, Wagner de. **A população indígena no Brasil**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-populacao-indigena-no-brasil.htm>>. Acesso em 13 nov. 2018.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Trad. Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 256p.

CLASTRES, Pierre. Do Etnocídio. In. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. Cosac & Naify, 2004. Trad. de Paulo Neves.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **Índios no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2013.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

ELIO, O **mini dicionário da língua portuguesa**. 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão – Rio de Janeiro, 2002.

FUNAI – Fundação Nacional Indígena. **Quem são?** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 02/10/2018.

INÁCIO, Gustavo. **Um olhar antropológico sobre os povos indígenas do Brasil e sua luta por reconhecimento na sociedade**. JusBrasil, 2014. Disponível em: < <https://inacio45.jusbrasil.com.br/artigos/182212231/um-olhar-antropologico-sobre-os-povos-indigenas-do-brasil-e-sua-luta-por-reconhecimento-na-sociedade>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

INDRIUNAS, Luís. **Questão Indígena**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 ago. 2000. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1308200013.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

LITAIFF, Aldo. **As divinas palavras: Identidade étnica dos guarani mbya**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. **O desafio da história indígena no Brasil**. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luiz Donizete B (Orgs.). A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A Sociologia do Brasil Indígena**. Brasília, Editora UnB, 1978.

PETRI, Augusto. **A visão dos povos indígenas sobre a história de sua própria terra 2**. 2000. Disponível em: <<https://www.ebah.com.br/content/ABAAAgxJEAF/a-visao-dos-povos-indigenas-sobre-a-historia-sua-propria-terra-2>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/download/16231/10939>>. Acesso em 02 ago. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/download/16231/10939>>. Acesso em 02 ago. 2018.

RIBEIRO, Berta. **O índio na História do Brasil**. 12 ed. Rio de Janeiro: Global, 2009.

RIBEIRO, Berta. **O índio na História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Global, 1984.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização**. 3 ed. São Paulo: Brasileira, 1970.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A Fundação Do Brasil: Testemunhos 1500 – 1700**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios**; os urubus-kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 627

_____. **Confissões**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCARAMUZZI, Igor Alexandre Bordolato. **De Índio para Índio**: a escrita indígena da História, unpublished PhD thesis, University of São Paulo, 2008.

Obras Indígenas

JECUPÉ, Kaka Werá. **Oré awé roiru'a ma: Todas as Vezes Que Dissemos Adeus**. São Paulo: Peirópolis, 1995.

_____. **A Terra Dos Mil Povos**: História indígena do Brasil contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

_____. **Tupã Tenondé**: A criação do universo, da terra e do homem segundo a tradição oral Guarani. São Paulo: Peirópolis, 2001.

_____. **As Fabulosas Fábulas de Iauaretê**. São Paulo: Peirópolis, 2007.

MUNDURUKU, Daniel. **As Serpentes Que Roubavam a Noite e Outros Mitos**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

_____. **Meu vô Apolinário**: um mergulho no rio da (minha) memória. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

_____. **O Sinal do Pajé**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

_____. **Caçadores de Aventuras**. São Paulo: Caramelo, 2006.

_____. **O Sumiço da Noite**. São Paulo: Caramelo, 2006.

_____. **Um Sonho Que Não Parecia Sonho**. São Paulo: Caramelo, 2007.

_____. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

_____. **O Karaíba**: Uma História do Pré-Brasil. Saraiva São Paulo: Saraiva, 2018.